



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às 9:30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participaram os Conselheiros Daniel de Souza Coelho, Presidente do Conselho, Jaime Alves de Freitas, José Roberto de Moraes e Paulo Rafael Minetto Maceta, titulares, Filipe Camargo Barwick, Peter Greiner Júnior e Fernando Zanelli, suplentes, sem direito a voto. Pela Fundação, Karina Damiano Hirano e Francislene Nascimento, Diretoras, Angelita de Almeida Oliveira e Suzy Pereira de Lima. Na abertura dos trabalhos o Presidente do Conselho deu as boas-vindas a todos. Na sequência, o colegiado ratificou a aprovação da ata da reunião anterior, já assinada por todos. Seguindo, passou a palavra aos representantes do Comitê de Auditoria - COAUD para apresentação dos Relatórios do exercício de 2022 e do 1º trimestre de 2023, de Autoavaliação, de Avaliação da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O sr. Wilson iniciou comentando sobre o processo da Autoavaliação feita pelos próprios membros, com o objetivo de avaliar a sua performance e interação com as áreas e Órgãos da Fundação. Foi adotado critério de avaliação por quesitos entendidos como relevantes e avaliado o nível de maturidade, com conceitos de 1 a 5. Com essa avaliação, compartilhada com o Conselho Deliberativo, o COAUD espera um aprimoramento da sua atuação, com melhorias nas suas atividades. A Autoavaliação foi dividida em blocos de forma a explorar dimensões específicas de governança, composição, funcionamento, atuação, supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis, gerenciamento de riscos e controles internos, ética, conformidade e integridade. O COAUD entende que cumpriu com todas as suas responsabilidades previstas no normativos dos órgãos reguladores e fiscalizadores, como de seu Regimento Interno, além de ter agregado valor aos negócios da Fundação, por meio de debates com as áreas, Diretoria Executiva, Conselhos Fiscal e Deliberativo, Auditorias Interna e Independente e reunião com a PREVIC. Comentou sobre as recomendações de melhoria para os temas relacionados à suas atribuições institucionais, registradas em seus Relatórios. No



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Relatório de encerramento do Ciclo de Supervisão Permanente da Fundação, relativo aos anos de 2021 e 2022, elaborado pela PREVIC, através de seu processo de supervisão, não foi registrado nenhuma recomendação a ser analisada ou implementada pelo COAUD. Registrou a necessidade da elaboração do Programa de Educação Continuada de seus membros, conforme melhores práticas de governança. O resultado da avaliação de desempenho do COAUD foi bom, e mostrou-se oportuno e adequado à realidade do colegiado, atingindo um nível de desempenho que em seu entendimento, atendeu às expectativas da Fundação em 2022. Sobre a Auditoria Independente, comentou que o COAUD realiza avaliação anual para registro sobre a efetividade e atendimento às melhores práticas. O COAUD avaliou a atuação da Auditoria Independente BDO RCS Auditores Independentes, no processo de auditoria das Demonstrações Contábeis de 2022 e na elaboração dos Relatórios de Avaliações dos Controles Internos e de Propósitos Específicos. Entendeu que o desempenho da Auditoria Independente cumpriu todas as etapas e atendeu as expectativas. Como recomendação, entende que as reuniões devam ser, em sua maioria, presenciais. Seguindo na apresentação da Avaliação da Auditoria Interna, citou a exigência da PREVIC de que o COAUD se manifeste sobre a efetividade da área de Auditoria Interna. Iniciou dizendo que o COAUD teve reuniões mensais com o Auditor. Para a avaliação o COAUD utilizou quesitos sobre estrutura e independência, plano anual de trabalho, metodologia e matriz de riscos e relatórios de Auditoria. Concluiu que o resultado da avaliação de desempenho da Auditoria Interna atingiu um bom nível, atendendo as expectativas da Fundação. Como recomendação, entende a necessidade de ser avaliada a estrutura da Auditoria, disponibilizando recursos. Concluídos os processos de avaliação, o Sr. Evenilson passou a comentar sobre o Relatório Anual do COAUD, referente ao exercício de 2022, em atendimento ao artigo 6º da Instrução PREVIC nº 3 e ao inciso III do Artigo 18 do Regimento Interno do COAUD, a ser apresentado até o dia 30 de junho do exercício subsequente. Citou o conteúdo, destacando o registro das atividades exercidas, a manifestação sobre a efetividade dos controles internos, da auditoria independente e da auditoria interna, descrição das



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

recomendações e a manifestação sobre a adequação das Demonstrações Contábeis às normas. Registrou a ocorrência de reuniões ordinárias mensais e extraordinárias eventuais com a Diretoria Executiva, com o Comitê de Investimentos, com as áreas contábil, de Tecnologia, Auditorias Independente e Interna, Assessoria Jurídica, área de Riscos, de Controles Internos e Compliance, com os Conselhos Deliberativo e Fiscal com as Consultorias MJDS, PFM e Conde e com a PREVIC. Foram emitidos, nos respectivos prazos, todos os relatórios previstos nos normativos. Conforme o inciso IV do Artigo 6º da Instrução PREVIC nº 3, o COAUD fez constar no Relatório de 2022, a descrição de 23 recomendações apresentadas, bem como o acompanhamento das recomendações e implementações registradas em 2021. Dentre as outras atividades executadas, o COAUD faz o acompanhamento sobre o andamento das recomendações do Conselho Fiscal e das Auditorias, do cumprimento das obrigações legais, da aderência da Política de Investimentos e dos limites de crédito, do processo de avaliação e controles de riscos, acompanhamentos dos resultados contábeis e atuariais dos Planos, a execução dos planos da Auditoria Interna, sobre os assuntos referentes a LGPD, das recomendações emitidas pela PREVIC, a análise do Relatório de Efetividade da Instrução Normativa da PREVIC 34 sobre Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo, a elaboração de propostas para alterações do Regimento Interno e Regras Operacionais do COAUD, análise propostas para contratação das empresas de Auditoria Independente e o acompanhamento dos processos judiciais dos quais a Fundação é ré ou autora. Seguindo passou a apresentar o Relatório referente ao 1º trimestre de 2023, comentando sobre as reuniões mensais com a Diretoria Executiva e com todas as áreas da Fundação. Nesse trimestre, registrou 6 recomendações e sugestões, além do acompanhamento do andamento das recomendações anteriores. Encerradas as apresentações, o Presidente Daniel em nome do colegiado, agradeceu aos membros do COAUD pela participação. Seguindo os itens da pauta, passou a palavra a Diretora Francislene que informou que a Fundação formalizou sua adesão ao Código Brasileiro de *Stewardship*, devendo aumentar a sua participação em ativos sustentáveis. O Código é



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

uma iniciativa da AMEC e da *CFA Society Brazil* que tem como objetivo desenvolver e disseminar a cultura *Stewardship* no mercado de capitais brasileiros, promovendo o senso de propriedade nos investidores institucionais, criando padrões de engajamento responsável e cuidando dos temas nos aspectos ambientais, sociais e de governança de nossos investimentos. O Conselheiro Daniel manifestou sua preocupação quanto aos eventuais questionamentos que os participantes poderão fazer sobre o impacto na rentabilidade dos planos com o aumento da participação de ativos sustentáveis. Tendo em vista que o histórico recente não tem sido positivo, isso poderá causar um desconforto em relação ao desempenho futuro e, na medida em que for feita a migração para ESG, que a Fundação poderá estar renunciando a opções mais rentáveis. A Diretora Francis comentou que no longo prazo, a Fundação atingiu a meta em todas as carteiras. Disse que a ideia da Fundação não é renunciar à rentabilidade. O que a Fundação está observando é a redução do risco das empresas que compõem a carteira. Num primeiro momento a Fundação não vai simplesmente migrar, mas cobrar dos gestores que eles apliquem critérios de ESG nas carteiras. Em complemento às explicações, o Conselheiro Daniel disse de sua preocupação com o entendimento do participante, que muitos podem elogiar a iniciativa enquanto outros ficam preocupados com a rentabilidade. Sugere dar ampla divulgação nos meios de comunicação, enfatizando que a Fundação, sem renunciar à rentabilidade, se preocupa com o compromisso ambiental e social. A diretora Francis disse que manterá contato com a área relacionamento institucional para cuidar do assunto. Complementou dizendo que a Fundação ao aderir ao código assume o compromisso, mas que num primeiro momento não tomará nenhuma iniciativa, além de mapear o que já tem, apenas monitorando as empresas da carteira de ações. O Conselheiro Paulo Maceta manifestou-se dizendo entender que a simples adesão ao código, não limita nossos investimentos, mas esclarece que as empresas que não seguem o código, correm sérios riscos de serem autuadas por órgãos públicos e discriminadas pelo mercado concorrente. Entende que a adesão ao código significa não pactuar com o lucro de empresas que não o observam e demonstra estar em linha com a transparência



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

e solidez que da Fundação. Compactua com a sugestão do Conselheiro Daniel em se promover uma divulgação aos participantes. Na sequência, passou a apresentar o Relatório mensal de Investimentos comentando a movimentação do mês apresentando a evolução do patrimônio, posição junho de 2023 que somou R\$ 2.895 milhões e a captação líquida mensal em torno de R\$ 27,46 milhões. A alocação do patrimônio apresenta uma concentração de 98,34% nos planos RP, RG e RG UNIS. As aplicações foram de 75,31% em Renda Fixa, 2,39% em imobiliário, 6,09% em ações local, 2,18% em ações no exterior, 8,63% em fundos multimercados e 5,40% em FIPs. O retorno acumulado da carteira no mês de junho/23 foi de 1,34% para um alvo de 0,25% e, nos últimos 12 meses, 11,38% para um alvo de 7,35%. A rentabilidade acumulada desde o início é de 198,99% para um alvo de 191,66%. Finalizou com um rápido comentário sobre o comparativo de rentabilidade com as 120 EFPCs, o comparativo do retorno x volatilidade das ESI, da EFPC Pública, as principais movimentações no mês e o acompanhamento, por plano e por Fundos, da interferência das Americanas e Light, no período dezembro/22 a maio/ 23. Finalizada a apresentação a Presidência agradeceu a participação. Seguindo os itens da pauta, a Sra. Angelita passou a apresentar o fluxo de caixa referente a junho/23, detalhando receitas e despesas. Destacou que no mês de junho foi feito o rebalanceamento anual, do impacto da redução da taxa de administração de 1% para 0,8%. Com essa movimentação e a estimativa dos meses subsequentes, a expectativa é de fechar o ano com o total de receitas de R\$ 60 milhões, despesas de R\$ 36 milhões e um saldo dos ativos do PGA de R\$ 56 milhões. Seguindo, passou a demonstrar o acompanhamento do orçamento, detalhando os grupamentos das receitas e das despesas com os percentuais de variações e o comparativo orçado x realizado e os indicadores com gráfico em percentuais. Finalizada a apresentação, a Presidência agradeceu a participação. Na sequência, passando a palavra a sra. Suzy para comentar sobre o monitoramento das Obrigações legais, referente a junho, informou que todas as obrigações foram cumpridas no prazo, sem pendências, com exceção do envio dos balancetes à PREVIC, situação recorrente e em fase final de ajustes. Em continuidade,



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

comentou sobre a finalização do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e da Instrução Normativa nº 34 da PREVIC, que deverão ser apresentados na próxima reunião do colegiado. Finalizou comentando que está em curso as atualizações para implantação do Programa de *compliance*, a aprovação das políticas e desenho de indicadores. Por solicitação da Presidência ficam agendadas para a próxima reunião as apresentações referentes ao 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e da o trabalho referente a Instrução Normativa nº 34 da PREVIC. Seguindo o Sr. Edenilson passou a comentar sobre o monitoramento das recomendações dos órgãos de controle, posição junho/23. Iniciou dizendo que o relatório de monitoramento das recomendações dos órgãos de controle, concentram as recomendações do Tribunal de Contas, da PREVIC, do Conselho Fiscal, da auditoria externa e do COAUD. De forma sucinta passou a comentar o relatório estatístico de todas as recomendações emitidas, as tratadas, as em andamento e as em estoque, posição junho/23, lembrando que o relatório completo e detalhado já foi enviado ao Conselho. Salientou ainda que no relatório é feita a consolidação das recomendações, inclusive as duplicadas ou reiteradas anualmente e constantes de vários relatórios, transformando-as em ações únicas. Atualmente existem 92 recomendações emitidas, 44 tratadas e 48 em estoque que convertidas em ações se traduzem em 41 ações em andamento. Destacou que a auditoria faz uma verificação de qualidade dos processos de baixa de cada ação com base nas evidências. Disse que para o próximo mês deverá ter um crescimento considerado, em função da emissão de novos relatórios semestrais do COAUD, do Conselho Fiscal, da Auditoria Independente e do Relatório de Efetividade da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Terrorismo. Por fim, lembrou que no relatório é possível observar informações como o órgão emissor das recomendações, as áreas envolvidas na sua execução, se a ação está em dia e uma avaliação de risco atribuída a cada ação. Encerrados os questionamentos, a Presidência agradeceu a participação do Sr. Edenilson. Como assunto extra pauta, o Presidente Daniel registrou reclamação de uma colega participante que se aposentou e tentou buscar informações através do canal de atendimento no site e posteriormente no atendimento presencial da Fundação e que



CONSELHO FISCAL

CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 - (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

se mostrou indignada pelo despreparo da equipe. Considerando o fato, recomendou que a Fundação, na medida do possível, busque qualificar o atendimento tanto presencial quanto on-line e solicitou que a responsável pela área prestasse esclarecimentos sobre o funcionamento da área e possíveis medidas para aprimorar o atendimento. A respeito do assunto, o Conselheiro José Roberto disse que, no caso específico de atendimento aos idosos, a Fundação deveria designar uma pessoa com melhor conhecimento sobre os casos de aposentadorias. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Cesar Gnoatto, Secretário, lavrei e subscrevi esta ata que depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

DocuSigned by:

4958E29630B640E

Daniel de Souza Coelho
Presidente do Conselho

DocuSigned by:

DEFBAE808F4144E

Jaime Alves de Freitas
Conselheiro

DocuSigned by:

73DDC19AA2D9404

José Roberto de Moraes
Conselheiro

DocuSigned by:

D01005BCE3B1488

Paulo Rafael Minetto Maceta
Conselheiro

DocuSigned by:

445FCC73A8B7438

Cesar Gnoatto
Secretário